

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO
QUADRIÉNIO DE 2005/2009**

ACTA NÚMERO OITO

----- ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA VINTE E TRÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E SETE. -----

----- Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro de dois mil e sete, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme ponto um do artigo quadragésimo nono da lei número cento e sessenta nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

Ponto Um) – Aprovação da Acta da Reunião de quinze de Dezembro de dois mil e seis. -----

----- Ponto Dois) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Três) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Quatro) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Três Um) – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal. -----

Ponto Três Dois) – Apreciação e Votação da 1ª. Revisão do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o Ano Financeiro de dois mil e sete. -----

----- Ponto Três Três) – Apreciação e Votação da 1ª. Revisão do Orçamento da Receita e da Despesa para o Ano Financeiro de dois mil e sete. -----

----- Ponto Três Quatro) – Apreciação e Votação da 2ª. Revisão do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o ano financeiro de dois mil e sete.-----

----- Ponto Três Cinco) – Apreciação e Votação da 2ª. Revisão do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano financeiro de dois mil e sete-----

----- Ponto Três Seis) – Apreciação e Votação do Projecto de Regulamento de Taxas pela Emissão de Certificados de Residência de Cidadãos da União Europeia. -----

----- **Ponto Três Sete) – Conhecimento e
Apreciação da Informação Financeira Semestral da “Vimioso 2003 – Acti-
vidades Artesanais e Turísticas de Vimioso, EM.** -----

----- **Ponto Três Oito) – Outros Assuntos de interes-
se para o Município.** ---

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, abriu a Sessão ordinária dando de seguida a palavra ao segundo secretário da mesa para verificar as presenças e as faltas dos elementos constituintes da Assembleia. Procedeu-se à chamada verificando-se que estavam presentes os seguintes deputados municipais: José António Cerqueira da Costa Moreira, Vítor Pereira Paiva Nogueira, Norberto Francisco Machado da Veiga, Aníbal Alves do Rosário, Ilda de Fátima Fernandes Martins, Luís Ventura Diz, Paula da Felicidade Ferreira Martins, Manuel Fernandes Oliveira, Faustino dos Santos Tomé Gonçalves Pissarro José Carlos Vaz Gonçalves, José Luís Pires Rodrigues, Acácio António Afonso Fernandes, Nuno dos Santos Penascais Martins, António Eduardo Frias Martins, Luís Manuel Tomé Fernandes, Domingos David Sardinha Pimentel, Marcolino Rodrigues Fernandes, César Manuel Veiga Rodrigues, António Bartolomeu Vaz Carvalho, Carlos Manuel Pinto de Oliveira, Emídio Martins Domingues, José António Ramos Fernandes, Aníbal Augusto João Delgado, Vítor Manuel Fonseca Pires, José Maria João de Quina, Sérgio Augusto Pires, Isidro Augusto Teixeira Vicente, Registaram-se as seguintes ausências dos senhores deputados: Jorge Alberto Tomé Santos e Luís Alberto Pires Rodrigues. -----

----- Estiveram presentes de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei número cento e sessenta nove, de dezoito de Setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro O Sr. Presidente da Câmara e os senhores vereadores, António Jorge Fidalgo Martins, e Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes. ----- Pelo Sr. Secretário da mesa foi dado conhecimento do expediente. ----- **Ponto Um) – Aprovação da acta da reunião de quinze de Dezembro de dois mil e seis.** -----

Pediu e foi dada a palavra ao Sr. deputado Acácio Fernandes que apontou algumas incorrecções à acta sugerindo que fossem corrigidas. Colocada à

votação a acta foi aprovada por maioria com as abstenções dos senhores deputados: José Carlos Vaz Gonçalves, Faustino dos Santos Tomé Gonçalves Pissarro e Sérgio Augusto Pires. Ainda a propósito do conteúdo da acta foram solicitados esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara. O Sr. deputado Acácio Fernandes questionou se os lotes da zona industrial estavam ou não reservados; perguntou se era verdade que os arruamentos em Pinelo estavam concluídos e a ser pagos. Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. Relativamente à zona industrial referiu que os lotes estavam na realidade reservados, o que não significa que não possam vir a ser disponibilizados lotes a quem queira investir, isto porque a escritura de lotes só será feita após licenciamento do projecto e certeza do início da construção, donde, já aconteceu terem sido informados algumas das pessoas que fizeram reserva que, caso não apresentassem os respectivos projectos de construção /investimentos, os lotes seriam disponibilizados a outros investidores. Quanto aos arruamentos em Pinelo, informou que na realidade estavam concluídos e estavam a ser pagos. -----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, José Quina, que a propósito da recuperação de fachadas em Avelanoso disse não ter conhecimento de nenhuma, ao contrário do que referira o Sr. Vereador António Oliveira que informou existir uma. Mais ainda, referiu que, ao contrário do que o Sr. Vereador referira, existiam duas candidaturas que se mantinham. Respondeu o Sr. Presidente da Câmara informando que, aquilo de que tinha conhecimento era que apenas uma candidatura se mantivera e tinha sido concretizada, sendo que as outras, por razões de burocracia ou pelo reduzido montante disponibilizado, não tinham avançado. Concretizou que a candidatura era da proprietária de um café no largo de S. Pedro. -----

----- O Sr. deputado José Luís Rodrigues, a propósito da sua referência ao facto de o coveiro da Câmara Municipal ter executado serviço em freguesias, ao qual o Sr. Vice-Presidente respondera não ter conhecimento donde não teria acontecido tal situação, referiu e confirmou que o coveiro da Câmara Municipal por ordens do Sr. Falcão (encarregado) prestou serviço em Vilar Seco. -----

----- **Ponto Dois) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** ----- Interveio o Sr. deputado Acácio Fernandes que abordou cinco assuntos: “ Ligação

Vimioso/Outeiro li, num semanário regional, que esta obra ainda não tem estudo. Pois bem, será que neste estudo, depois do lagarto, do lobo e do rato, não vão aparecer gravuras esculpidas na rocha pelo filho do moleiro que obrigarão a novo estudo? E assim andamos nós de estudo em estudo, acabando por ficarmos todos com o canudo que todos dispensamos, penso eu, mas sem a estrada que todos queremos, creio eu. É que neste País tudo é possível: a bagunçada na saúde, na educação, na justiça, no desporto, etc.; retroactividade nas leis, contratos de trabalho públicos e privados violados pelas entidades empregadoras; é o safe-se quem poder, é o desenrasca; é a quinta à beira-mar plantada, onde os ricos são cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. É neste País doente, pobre e triste que tenho vergonha de viver. Os governantes deste País, quando nos visitam, não devem vir apenas para receberem prendas e aplausos, têm a obrigação de trazer alguma coisa que contribua para o desenvolvimento da nossa terra. Continuaremos a lutar. **Pagamentos em atraso**; também li, no semanário já referido, que a Câmara Municipal tem pagamentos em atraso a empreiteiros o que o Sr. Presidente da Câmara Municipal confirmou em parte. Neste contexto, quero lembrar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que não tem cumprido, na sua informação escrita a esta Assembleia a alínea d) do número um do artigo dezasseis do Regimento (da informação devem constar “o saldo e o estado das dívidas assumidas e vencidas a fornecedores”), porque não havemos de primar pela transparência? É que, como sabem, a verdade é como o azeite: “vem sempre ao de cima”, embora, muitas vezes venha tarde demais. Ter pagamentos em atraso não é assim tão dramático, a própria Administração Central dá o exemplo. É caso para citar: “ Tal pai, tal filho”. **Desertificação**: tenho conhecimento que, nos dias nove e dez do mês passado, a CORANE organizou o seminário “ Estratégias de desenvolvimento e de Combate à Desertificação”. Muito bem. É sempre bom que se organizem seminários, colóquios, conferências, debates, encontros que possam contribuir para combater a desertificação. É sempre de aplaudir que se utilizem todos os meios para a divulgação do nome do nosso concelho. O mal é que, quando no período de avaliação, sentimos a sensação do vazio, a sensação do nada. Quando a fruta é espremida e o sumo não aparece, surgem a frustração e a indignação. É natural, é humano. Há uma coisa que me estranha e não consigo compreender: estranho que, havendo quem saiba o diag-

nóstico e tenha o remédio, a cura não apareça. Isto é: estranho que havendo teóricos e entendidos da matéria que sabem o que se deve fazer e como fazer, não apareça ninguém que faça. Será caso para citar que “ chapéus há muitos”? parece-me bem que sim. **Água** : tenho-me apercebido que os tanques públicos/bebedouros de animais, em algumas localidades, alimentados pela rede pública, desperdiçam muita e muita água diariamente, quer de Inverno quer de Verão; água tratada! Não haverá solução? Há certamente porque, neste campo em concreto, a Câmara Municipal tem funcionários experientes e eficientes. Haja vontade de resolver o que está menos bem, porque se estivermos sempre a pensar nas dificuldades e não agirmos nunca conseguiremos nada. **Iluminação Pública**: sei que a iluminação pública da segunda fase da zona industrial, bem como a de alguns parques de merendas, está ligada todas as noites. Será que é necessário estar ligada durante o ano inteiro? Não será desperdício de energia desnecessário? Neste capítulo, como em outros, há sortudos e mal afortunados: dou os parabéns a horticultores de uma localidade do nosso concelho por terem a felicidade de tratarem das hortas durante toda a noite porque iluminação artificial não lhes vai faltar”. ----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires. Referiu-se à necessidade de construção de um tanque, em Angueira, para aproveitamento de água que se desperdiça do depósito, e que serviria para uso dos bombeiros no combate a incêndios bem como para consumo dos animais. Acrescentou que o Sr. Comandante dos Bombeiros estava a par desse assunto e que nem ele nem o Presidente da Junta tinham tido qualquer resposta do Sr. Presidente da Câmara. Nesta sequência referiu que caso se viesse a verificar alguma calamidade e o tanque não estivesse feito a fim de abastecer o helicóptero, responsabilizaria directamente a autarquia por tal situação. Referiu-se, depois, ao problema das casas que ameaçam ruir colocando problemas de segurança. Exemplificou com a ruína de uma casa em Angueira da qual poderiam ter resultado outros perigos, para dizer que era necessário a Câmara Municipal e Junta de Freguesia tomarem medidas notificando os proprietários a fim destes serem responsabilizados. ----- Para responder a estas intervenções foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. **Ligação Vimioso/Outeiro**: referiu que esta ligação era a grande aspiração do concelho e que, neste sentido, era uma luta de todos. Sublinhou que, sempre que tem oportunidade de estar com

membros do governo e até mesmo com o Sr. Presidente da República, o único pedido que faz é exactamente a ligação Vimioso/Outeiro. Informou que o Sr. Primeiro Ministro prometera que até final de dois mil e seis o estudo de impacte ambiental estaria concluído. Em Janeiro deste ano oficiou o Sr. Primeiro Ministro a solicitar esclarecimentos, não tendo tido qualquer resposta até ao momento. Pediu informações à Estradas de Portugal e à empresa que está a elaborar o estudo, tendo-lhe sido referido que o estudo estaria pronto no final de Março. Sublinhou que tudo faria no sentido de essa batalha ser ganha e a estrada ser feita. **Pagamentos em atraso:** assumiu que a Câmara Municipal tem de facto pagamentos em atraso. Referiu que a situação não era grave, informando que os pagamentos aos fornecedores locais são feitos a trinta dias, e aos empreiteiros de obras maiores estão a ser feitos pagamentos a cerca de quatro meses. Informou ainda que a Câmara Municipal tem a receber significativas verbas do programa INTERREG bem como de Contratos-Programa donde, quando recebidas, muitos dos pagamentos em atraso ficariam resolvidos. **Desperdício de água:** referiu rever-se nas preocupações do Sr. deputado Acácio Fernandes, sublinhando que essa preocupação deveria ser de todos porque o desenvolvimento do concelho de todos depende. Sublinhou que tem sido uma preocupação constante sua e da Câmara responder tão rápido quanto possível, a situação que colocam em causa desperdícios de água. Neste sentido solicitou a toda a Assembleia em particular aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia que continuassem atentos aos problemas que surgem informando de imediato a Câmara Municipal. **Iluminação Pública:** referiu que no primeiro mandato, após a tomada de posse, foi mandado desligar muitas das luzes da zona industrial. Quanto às luzes da segunda fase da zona industrial, informou que tem estado acesas porque ainda estão em fase de teste. Exemplificou a preocupação com a poupança com a medida de ter mandado retirar alguma iluminação da praia fluvial de Uva para Vila Chã, porque na verdade, a iluminação que hoje lá está é mais que suficiente, recordando que por causa dessa decisão e na sequência de denúncias tivera de dar esclarecimentos à Polícia Judiciária. Quanto ao facto de existirem agricultores com luz nas suas hortas referiu que tinham sorte. Esclareceu que a Câmara Municipal relativamente ao pedido de pontos de luz, tem o cuidado de verificar a necessidade dos mesmos. ----- Respondeu ao Sr. Presi-

dente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires dizendo que assumia as suas responsabilidades enquanto Presidente da Câmara, devendo, igualmente o Sr. Presidente da Junta assumir as dele até porque fora igualmente, eleito. Esclareceu que conhecia a questão do tanque em Angueira, que o Técnico Florestal era conhecedor dessa possível construção tal como o Sr. Comandante dos Bombeiros. No entanto recordou ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia que não pode ser tudo feito ao mesmo tempo e que há prioridades definidas. Sublinhou, mais uma vez, que a responsabilidade é de todos e não apenas da Câmara Municipal. ----- Quanto ao problema das casas em ruínas informou que a Câmara Municipal continuava o trabalho de levantamento dessas casas e que, em simultâneo estavam a ser notificados os proprietários das mesmas comunicando-lhes o enquadramento legal e portanto as suas responsabilidades. Sublinhou que também neste domínio a responsabilidade deve ser de todos apelando aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia o seu envolvimento e contributo na resolução deste problema. ----- Solicitou e foi dada a palavra ao Sr. deputado Acácio Fernandes que questionou se a iluminação pública da segunda fase da zona industrial já tinha sido entregue à Câmara Municipal. ----- Respondeu o Sr. Presidente da Câmara informando que ainda não tinha sido entregue, acrescentou que a Câmara Municipal tinha conhecimento da queda de um dos postes e da possível “insegurança” de outros, tendo dado conhecimento desses factos à empresa responsável. ----- Novamente no uso da palavra, o Sr. deputado Acácio Fernandes sublinhou que, quando se referiu à iluminação pública a servir hortas, a culpa não seria dos políticos mas sim do projecto ou da empresa que os colocou na medida em que se tratava de uma rua estreita com casas apenas num dos lados da rua, em que os postes de iluminação (cerca de quatro) no lugar de estarem direccionados para as casas, estão virados para as hortas. ----- No uso da palavra, o Sr. deputado Vítor Paiva referiu-se à recuperação das fachadas em Avelanoso. Informou que ao contrário do que se dizia e pensava, a fachada da sua casa, em Avelanoso, fora recuperada sem qualquer auxílio da Câmara Municipal e portanto apenas com os seus próprios recursos. Sublinhou que a Câmara Municipal nunca lhe dera nada, orgulhando-se sim de ter oferecido à Câmara Municipal uma casa sua que veio a ser recuperada para

posto de venda de produtos regionais. -----

Interveio o Sr. deputado José Luís que, a propósito das casas em ruínas, concordou com a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira e do Sr. Presidente da Câmara. Sublinhou que quando se trata de assumir responsabilidades, ninguém se assume como proprietário, mas, quando se trata de heranças aparecem todos: considerou pois que não era fácil resolver o problema. No entanto considerou que havia outros problemas que tinham resolução fácil. Referiu-se à construção do tanque em Angueira, que considerou uma obra pouco onerosa e de grande utilidade não só para Angueira mas para as outras freguesias, designadamente no combate aos incêndios. Referiu que com o tanque aproveitava-se a água (bem precioso) e disponibilizava-se um recurso em caso de incêndio, pois, a localização do mesmo tinha todas as condições para abastecimento de helicópteros. ----- Foi dada a palavra ao Sr. deputado António Frias que questionou o Sr. Vice-Presidente se tinham sido tomadas medidas acerca dos postes que continuam na rua do Navarro em Vimioso. Referiu que na estrada Algozo/Matela existiam zonas onde se registavam derrocada de terra e zonas que ameaçam derrocada, alertando para a necessidade de tomar medidas. Questionou ainda se tinha procedido a vendas de terrenos nas traseiras do Bairro Casimiro Pires. -----

----- Para responder às anteriores intervenções foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. Respondeu ao Sr. deputado José Luís dizendo que lhe ficava bem defender investimentos para a sua aldeia remetendo para a resposta dada ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira. ----- Ao Sr. deputado António Frias, respondeu, a propósito da estrada Algozo/Matela que a Câmara Municipal já oficiara o empreiteiro para a resolução dos problemas existentes, uma vez que a estrada ainda está dentro da garantia. Quanto à venda de terrenos no Bairro Casimiro Pires informou que alguns proprietários solicitaram que lhes fosse vendido terreno para alinhamento. Dispondo a Câmara Municipal de um projecto executado pelo Gabinete Técnico Municipal (entretanto já extinto porque o (Governo não garantiu financiamento do mesmo) que aponta para a possibilidade de dispensa desses terrenos, garantindo os necessários alinhamentos, a Câmara Municipal deliberou vender os terrenos a vinte e cinco euros o metro quadrado. ----- Foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente, o qual informou, a propósito dos postes da rua

do Navarro, que a Câmara Municipal já oficiara a EDP, por mais de uma vez, no sentido de ser resolvido o problema. Referiu ainda que no final da anterior reunião ele próprio telefonara ao Sr. Engenheiro responsável pela EDP solicitando exactamente o mesmo. ----- Pediu e foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, José Quina, que questionou o Sr. deputado Vítor Paiva se, quando se referiu à recuperação de fachadas em Avelanoso, se dirigira a si pois que, tinha ficado com a ideia de que o Sr. deputado, com tanta justificação, se dirigira a si. -----

----- Respondeu o Sr. deputado Vítor Paiva dizendo que não ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso nem a ninguém em particular. ----- O Sr. Presidente da Câmara solicitou ao Sr. deputado Acácio Fernandes para concretizar o local dos postes direccionados para as hortas a fim de poder corrigir a falha. ----- Respondeu o Sr. deputado Acácio Fernandes informando que era em Carção, à entrada no sentido Vimioso – Carção, numa rua à direita. ----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires que começou por esclarecer que quando responsabilizava o Sr. Presidente da Câmara por uma eventual catástrofe que viesse a ocorrer, estava a responsabilizar o responsável pela protecção civil que é justamente o Sr. Presidente da Câmara. Referiu-se à importância da água com o exemplo de um seu professor de Biologia que dizia “não vale a pena preocuparmo-nos com a água, porque com o evoluir dos tempos, qualquer dia aparece água em pó nos supermercados, bastando misturar-lhe água!”. Referiu-se aos caminhos agrícolas dizendo que já há seis anos que as máquinas da Câmara Municipal não vão para Angueira, exceptuando duas vezes no dia de Entrudo tendo a Junta de Freguesia de pagar aos operadores. Disse ter conhecimento, por portas travessas, que a máquina de rastos da Câmara Municipal iria trabalhar para a Câmara Municipal de Mogadouro. A ser verdade considerou que dava a impressão que as máquinas já não tinham nada a fazer em Vimioso. Referiu-se ao financiamento da Câmara Municipal para ajuda nas obras do salão e Antena dizendo que a situação se arrasta sem que se dê qualquer resposta. Referiu-se à estrada de ligação Espiciosa – Angueira dizendo que se tem batido pela realização desta estrada, importante para Vimioso e Miranda do Douro, mas que,

apesar dos pedidos e da solicitação de reuniões nada tem sido feito. -----

No uso da palavra, o Sr. Vice-Presidente respondeu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira. Em relação ao facto do Sr. Presidente da Junta de freguesia de Angueira responsabilizar o Sr. Presidente da Câmara por qualquer catástrofe, respondeu que o Sr. Presidente da Câmara sabia assumir todas as suas responsabilidades ficando claro que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira tinha intenção clara de responsabilizar o Sr. Presidente da Câmara por tudo de mau que pudesse vir a acontecer. Quanto aos caminhos agrícolas esclareceu que o caminho que a Junta de Freguesia de Angueira candidatou, ainda só não estava concluído por opção da Junta de Freguesia que não aceitou ser a Câmara Municipal a liderar o projecto, não podendo, dessa forma, responsabilizar a Câmara Municipal. Relativamente ao facto de a máquina de rastos ir prestar serviço para a Câmara Municipal de Mogadouro respondeu que não fazia qualquer sentido dizer que o soube por portas travesas uma vez que essa decisão é pública pois que, foi deliberado em reunião de Câmara cujas actas são públicas. Esclareceu que a máquina iria, na verdade, para Mogadouro, na sequência de um acordo com aquela Câmara Municipal, segundo o qual a, Poclán de Mogadouro prestaria serviço à Câmara Municipal de Vimioso. Considerou um bom acordo pois que a Poclán seria muito útil na limpeza de açudes, obviamente na época de Verão. Referiu ainda que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira deveria primeiro reunir-se da informação total e correcta para não fazer intervenções sem fundamento. Acerca das verbas para a Antena e salão respondeu dizendo que, quando houvesse disponibilidade, as verbas seriam transferidas. A pretensão da estrada Especiosa – Angueira respondeu com o exemplo da estrada Algosó – Matela uma vez que, estando prevista desde o tempo da ditadura (anos sessenta) só há bem pouco tempo foi feita, citando que “ Roma e Pavia não se fizeram num dia”. -----

No uso da palavra, o Sr. deputado Acácio Fernandes, a propósito da estrada Angueira – Especiosa apresentou o seguinte esclarecimento: “a estrada chamava-se S. Joanico – Angueira – Especiosa e na altura foi candidatada aos fundos comunitários. De S. Joanico a Angueira era da responsabilidade da nossa Câmara e de Angueira à Especiosa era da responsabilidade da Câmara Municipal de Miranda do Douro, que teve um Presidente, que foi considerado o melhor Pre-

sidente de Câmara do País; a nossa Câmara cumpriu o dever dela, a Câmara de Miranda não cumpriu, não sei porquê, é só este esclarecimento.” -----

----- Pediu e foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira. A propósito da responsabilização do Sr. Presidente da Câmara na eventualidade de acontecer uma catástrofe, esclareceu que não responsabilizava o Sr. Presidente da Câmara pela catástrofe, mas sim pelo facto de não existirem locais (tanque/ou açudes) onde o helicóptero possa abastecer para atacar a catástrofe. -----

----- Relativamente aos caminhos agrícolas dirigiu-se ao Sr. Vice-Presidente esclarecendo que não se referira ao caminho candidatado e o ser executado em alcatrão, assegurando que esse caminho era da responsabilidade da Junta de Freguesia. Esclareceu que se referia, por exemplo, do caminho entre Angueira e Avelanoso na qual as silvas batem de um lado ao outro. -----

----- Foi interrompido pelo Sr. Vice – Presidente que referiu não ser verdade o que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira referira uma vez que passara nesse caminho numa quatro vezes quatro há pouco tempo e não viu qualquer obstáculo, ou dificuldade em transitar inclusivamente, causado pelas silvas. -----

----- O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira referiu que com um carro todo o terreno se podia chegar a qualquer lado. Sobre os caminhos concluiu dizendo que “ o concelho de Vimioso a nível de caminhos parece um pai trabalhador que tinha uma fazenda boa bem tratada, depois arranjou três filhos mandriões e que acabaram com tudo de repente, parece que estão assim os caminhos em Vimioso, parece que não tem dono”. -----

----- Contra esta intervenção insurgiu-se o Sr. Vice-Presidente considerando-a desrespeitosa e ofensiva da honra do executivo não aceitando da parte do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira tal análise que revela uma total falta de educação e desrespeito pelos órgãos legitimamente eleitos. -

----- O Sr. Presidente da Assembleia recomendou ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira outro cuidado na forma e no conteúdo das suas intervenções não aceitando qualquer tipo de desrespeito para qualquer membro da Assembleia ou do Executivo. -----

----- O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira disse não ter querido ofender ninguém tendo pedido desculpas. Terminou referindo-se ao Salão e

Antena referindo que para outras ocasiões a disponibilidade de transferências de verbas é bem mais rápida do que para os pedidos em questão. -----

----- Autorizado a intervir, o Sr. deputado José Carlos Gonçalves solicitou esclarecimentos relativamente aos concursos para Técnico de Higiene e Segurança no Trabalho e Técnico Florestal que decorreram na Câmara Municipal questionando em que situação é que se encontravam esses concursos e quais as pessoas seleccionadas. ----- Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, respondeu à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires dizendo que o mínimo que se podia exigir era o respeito de uns pelos outros. Continuou dizendo que a Câmara, dentro das suas possibilidades tem procurado responder às solicitações, no entanto, não é com arrogância e com falta de educação que os problemas se resolvem. ----- No uso da palavra, o Sr. Vice-Presidente agradeceu a explicação relativa à estrada S. Joanico / Angueira / Espiciosa dada pelo Sr. deputado Acácio Fernandes, sublinhando que o Município de Vimioso já cumprira com os seus compromissos. Relativamente ao concurso para Técnico de Higiene e Segurança no Trabalho, informou que o concorrente classificado em primeiro lugar já estava a exercer funções (período de estágio) sublinhando que o concurso obedecera a todos os procedimentos legais. Quanto ao Técnico Florestal esclareceu que, apesar de vários esclarecimentos solicitados e enviados à Agência para Prevenção dos Incêndios Florestais, os mesmos não foram aceites donde não seria transferida a verba acordada para a comparticipação do Gabinete Florestal. Em função disso, a Câmara Municipal abriu novo concurso para um Técnico Florestal e um administrativo para o Gabinete Florestal, tendo o mesmo obedecido a todas as normativas legais, estando, neste momento, o Gabinete a funcionar com os candidatos seleccionados. -----

----- Interveio o Sr. deputado Luís Diz que colocou dois problemas relacionados com o trânsito. O primeiro na rua do Lar de S. José dizendo que a lomba que aí existe, pela pouca visibilidade, coloca problemas de segurança. Sugeriu a colocação de sinais de proibição de estacionar ou a colocação de espelhos. Segundo na rua que desce em frente ao Tribunal onde frequentemente é necessário esperar para se prosseguir a marcha. -----

----- Respondeu o Sr. Presidente da Câmara referindo que na rua do

primeiro Conde de Vimioso já tinha sido deliberado alterar o sentido do trânsito bem como limitar o estacionamento na rua em frente ao Tribunal. Quanto à rua do Lar de S. José disse que a questão seria colocada aos técnicos. -----

----- **Ponto Três) PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Três Um) Informação Escrita do Sr. Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal.** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara apresentou a informação escrita a qual tinha sido distribuída antecipadamente aos Senhores membros da Assembleia. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia abriu o período para pedidos de esclarecimento. -----

Interveio o Sr. deputado Acácio Fernandes para questionar qual a finalidade do apoio financeiro concedido às Juntas de Freguesia de Algosos e Argoselo. -----

----- Respondeu o Sr. Vice-Presidente informando que o apoio se destinou a financiar o projecto da estrada de ligação Algosos/Mora e o Projecto da cortinha em Argoselo, propriedade da Junta de Freguesia de Argoselo. -----

No uso da palavra o Sr. deputado José Carlos Gonçalves deu os parabéns à Câmara e portanto congratulou-se com o protocolo celebrado com a Direcção Regional de Educação do Norte relativo à construção do Centro Escolar de Vimioso. Neste contexto questionou para quando o início das obras. Endereçou igualmente parabéns à organização do último cortejo de Carnaval realizado conjuntamente pelo Agrupamento de Escolas, Santas Casas da Misericórdia do concelho e autarquias. Referiu que o desfile tinha corrido muito bem dirigindo, em especial, os parabéns aos idosos pela sua colaboração. -----

- Interveio o Sr. Vice-Presidente para responder. Referiu, relativamente ao protocolo com a DREN, que a autarquia sempre manteve a posição da construção do Centro Escolar desde que o Ministério da Educação assumisse a participação nacional, o que veio a concretizar-se. Quanto ao início das obras, informou que na sequência da decisão do Tribunal Administrativo de Mirandela, a Câmara havia feito nova adjudicação em reunião de cinco de Fevereiro, sem a votação do Sr. Vereador Eng. Oliveira uma vez que este tinha feito parte da comissão de análise, facto que o Tribunal havia condenado. Neste sentido considerou que, brevemente, as obras terão início. Referiu-se ao cortejo de Carnaval considerando exemplar a colaboração entre Câmara, Escola, e lares que

participaram. Acrescentou que quando as actividades são feitas num espírito construtivo correm bem. Concluiu dizendo que os prémios previstos serão, brevemente, distribuídos. Sublinhou que, para além do desfile o que ficou foi o encontro intergeracional que se proporcionou. ----- No uso da palavra o Sr. deputado Aníbal do Rosário referiu-se ao seminário relativo aos pombais tradicionais, considerando-o muito importante. Considerou que o programa de recuperação não devia restringir-se à freguesia de Uva uma vez que havia núcleos de pombais noutras freguesias, quer fossem redondos ou em ferradura. Para além de favorecer a proliferação das pombas, este projecto permitia, simultaneamente, recuperar um valioso e importante património arquitectónico que representam os pombais. Referiu-se, em seguida, à questão dos caminhos e do estado em que se encontram dizendo que tinha ficado muito surpreendido com a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires, já que discordava totalmente dele neste aspecto. Exemplificou com o facto de gente dos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Bragança considerarem Vimioso como o concelho que melhores caminhos rurais dispõe. Acrescentou os caminhos (em asfalto) agrícolas que têm sido feitos, em Carção, Santulhão estando previstos outros noutras freguesias. Concluiu dizendo que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, provavelmente não conhecia o concelho até porque mesmo na área da sua freguesia e limítrofes existiam bons caminhos e bem cuidados. -----

----- Usou da palavra o Sr. Deputado Luís Diz que apresentou, na sequência da sua primeira intervenção, o problema do trânsito que se verifica na rua de Trás, considerando que também aí se devia limitar o estacionamento bem como retirar um automóvel acidentado que se encontra nessa via. ----- Para responder foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente. Relativamente aos problemas do trânsito colocados pelo Sr. deputado Luís Diz disse que o problema seria colocado aos técnicos. Quanto à recuperação dos pombais disse que seria bom poder recuperá-los a todos. No entanto não é possível até porque os pombais são propriedade de pessoas particulares. Informou que a recuperação de pombais em Uva fez-se no âmbito do programa LEADER gerido pela CORANE existindo outras recuperações levadas a cabo pela associação PALOMBAR . A propósito da acção das associações informou da existência de um protocolo entre Câmara, Junta de

Freguesia de Uva e a associação ALDEIA para recuperação da escola primária de Vila Chã onde seria instalado um centro de interpretação da natureza. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires que se referia ao apoio financeiro para o projecto da estrada Algosos-Mora, dizendo que de Algosos para Mora existe uma estrada via Vale de Algosos e Uva, donde a ligação projectada não se justifica tanto como a ligação Angueira/Especiosa. Quanto à intervenção do Sr. deputado Aníbal do Rosário relativamente aos caminhos referiu que “mais cego é aquele que não quer ver” dizendo que os caminhos foram feitos no tempo do Sr. deputado Acácio Fernandes. Continuou dizendo que desde Junho que estavam máquinas paradas junto ao estaleiro da Câmara Municipal. Concluiu dizendo que na sua freguesia os caminhos não estavam cuidados provavelmente ao contrário das outras freguesias. -----

----- Dada a palavra o Sr. Presidente da Câmara, começou por responder ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira dizendo que continua a intervir da forma que todos conhecem e que já habituou esta Assembleia. Referiu que não era verdade que as máquinas estivessem paradas desde Junho, referindo que quando paravam se devia a avarias ou ao mau tempo. Quanto ao facto de se apoiarem financiamentos ou projectos considerou que quantos mais projectos existissem melhor no sentido de poderem ser candidatados ao próximo quadro comunitário de apoio. -----

Pediu e foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, Vítor Pires que referiu que podia apresentar provas em como as máquinas estavam paradas há muito tempo. Referiu que o executivo da Câmara deveria aceitar as suas observações e que era o executivo que era mal educado ao responder em tom alto como que querendo intimidá-lo. No entanto, disse não se intimidar com nada . -----

----- Respondeu o Sr. Presidente da Câmara para referir que não era verdade que as máquinas estivessem paradas o tempo referido pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira até porque se encontram a operar há já algum tempo, encontrando-se uma em Argoselo e outra no Campo de Víboras. Concluiu dizendo que nunca pretendia intimidar nada nem ninguém e que o tom mais alto usado em certos momentos decorria da forma pouco correcta como o Sr. Presidente da Junta apresentava as questões. ----- **Ponto Três Dois) – Apreciação e**

Votação da 1ª. Revisão do plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o ano financeiro de dois mil e sete.-----

----- **Ponto Três Três) – Apreciação e Votação da 1ª. Revisão do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano financeiro de dois mil e sete.** -----

----- Pelo Sr. Vice-Presidente foram introduzidos estes pontos informando que a primeira revisão ao PPI decorre do facto de ser necessário introduzir as obras contempladas na contratação do empréstimo dado que este já havia sido visado pelo Tribunal de Contas. Explicou que por força desta alteração ao PPI era necessário fazer-se uma alteração ao Orçamento (Ponto 3.3. da Ordem de Trabalhos). -----

----- Interveio o Sr. deputado José Luís que referiu que, em função do reforço do orçamento, a Câmara Municipal tinha uma boa oportunidade de atender aos pedidos feitos para Angueira, Referiu-se concretamente ao reforço da verba para construção de depósitos respondendo que deveria, neste contexto, ser feito o tanque em Angueira. Concluiu dizendo que,, sendo os planos e os orçamentos apresentados tão genéricos abriam lugar à subjectividade donde, não se sabia concretamente o que iria ser feito, daí sugerir a construção do tanque em Angueira, uma vez que podia ser integrado na rubrica de depósitos de água no concelho. Considerou que as suas e as preocupações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira eram legítimas e que existia desigualdade no tratamento das freguesias. Disse esperar pelo dia que viria a agradecer ao executivo o facto de terem sido disponibilizadas as máquinas para Angueira. -----

----- No uso da palavra o Sr. deputado Acácio Fernandes questionou (administrativamente) quantas revisões ao plano podiam ser feitas. -----

----- Respondeu o Sr. Vice-Presidente informando que antes da implementação do POCAL (2002) eram duas e que a partir de então podiam ser feitas mais. ---

----- Não havendo mais intervenções passou-se à votação dos pontos 3.2 e 3.3. registaram-se as seguintes votações: ponto três dois – aprovado por maioria com zero votos contra, vinte e três votos a favor, e quatro abstenções dos Srs. deputados Acácio Fernandes, José Carlos Gonçalves, José Luís Rodrigues e José Maria João Quina; colocado à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. Ponto três três – aprovado por maioria com zero votos contra , vinte

e três votos a favor, e quatro abstenções dos Srs. deputados Acácio Fernandes, José Carlos Gonçalves, José Luís Rodrigues e José Maria João Quina; colocado à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. -----

Ponto Três Quatro) – Apreciação e Votação da 2ª. Revisão do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o ano financeiro de dois mil e sete. ----

- Ponto Três Cinco) – Apreciação e Votação da 2ª. Revisão do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano financeiro de dois mil e sete. -----

----- Introduziu estes pontos o Sr. Vice-Presidente informou que esta revisão devia-se ao facto da classificação económica da Igreja Matriz de Vimioso estar mal inscrita. Esclareceu que a acção era a mesma (7.3) sendo diferente a classificação económica. Introduziu o ponto três cinco referindo que no Orçamento se verificava o reforço da rubrica referente à Igreja Matriz bem como o reforço da rubrica referente à Segurança Social, decorrente da nova Lei do Orçamento de Estado. Quanto ao reforço da receita, ele decorre do facto de o Tribunal de Contas ter visado o empréstimo destinado às habitações a custos controlados contraído junto do Instituto Nacional de Habitação. Não tendo havido pedidos de intervenção o Sr. Presidente da Assembleia colocou os pontos em análise à votação. Ponto três quatro – aprovado por maioria com as seguintes votações: zero votos contra, vinte e quatro votos a favor, e três abstenções dos Srs. deputados José Carlos Gonçalves, José Luís Rodrigues e Nuno dos Santos Penasçais Martins; colocado à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. Ponto três cinco – Aprovado por unanimidade e em minuta.-----

----- **Ponto Três Seis) – Apreciação e Votação do Projecto de Regulamento de Taxas pela Emissão de Certificados de Residência de Cidadãos da União Europeia. -----**

----- Dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente para introduzir este ponto, referiu que este projecto de regulamento decorria da legislação em vigor, sendo os preços a praticar aqueles que, igualmente, a lei determina. Colocado à votação este ponto foi aprovado por unanimidade e em minuta. -----

Ponto Três Sete) – Conhecimento e Apreciação da Informação Financeira Semestral da “Vimioso 2003 – Actividades Artesanais e Turísticas de Vimioso, EM. --

----- Introduziu este ponto o Sr.

Presidente da Câmara que remeteu para o documento na posse dos Srs. deputados. ----- No uso da palavra o Sr. Vice-Presidente sublinhou a grande função da Empresa Municipal que diz respeito à defesa e promoção do artesanato do concelho, decorrendo daí proveitos sociais e culturais. Informou que na sequência da Nova Lei das Finanças Locais teria de ser equacionado o futuro desta empresa pois que, passaria a ser obrigatório novas exigências de funcionamento donde mais despesas para a Câmara Municipal que terá de contratar o serviço de um Revisor Oficial de Contas. ----- **Ponto Três Oito) – Outros assuntos de interesse para o Município.** ----- No uso da palavra o Sr. deputado Luís Diz, a propósito da empresa municipal e da preservação do artesanato, questionou se têm existido incentivos e sensibilização junto dos jovens uma vez que as actividades artesanais do concelho são executadas por pessoas com idade avançada correndo-se o risco de, não havendo seguidores, essas actividades virem a extinguir-se. Referiu-se ainda aos lotes de terreno no Bairro de S. Vicente questionando a forma como é que podiam ser disponibilizados, sugerindo que, a exemplo da zona industrial, deviam ser disponibilizados, igualmente, a preços simbólicos a jovens residentes no concelho ou fora dele que quisessem construir. -----

----- Interveio o Sr. deputado Acácio Fernandes para questionar se era ou não verdade que se estava a pensar constituir uma empresa intermunicipal de águas pois que tinha ouvido um autarca segundo o qual o processo estava bem encaminhado. -----

----- Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. Relativamente aos lotes disponíveis no Bairro de S. Vicente informou que já foram feitas duas hastas públicas não tendo surgido ninguém interessado. Quanto à sugestão de os disponibilizar a título simbólico referiu que essa possibilidade nunca tinha sido equacionada. Recordou que, já em reuniões anteriores, comunicara que a Câmara Municipal equacionava a hipótese de vir a disponibilizar terrenos para construção a título simbólico para todos quantos viessem a trabalhar na Zona Industrial na perspectiva de que houvesse aí investimentos geradores de postos de trabalho. Informou ainda que, no caso de surgirem interessados nos lotes do Bairro de S. Vicente a Câmara realizaria nova hasta pública. ----- Res-

pondeu ao Sr. deputado Acácio Fernandes informando que é de facto verdade que os municípios de Vimioso, Miranda do Douro e Mogadouro estão a trabalhar no sentido de se associarem e constituírem uma empresa intermunicipal para gestão da água (captação, tratamento e abastecimento). Continuou dizendo que no próximo quadro comunitário serão valorizados projectos intermunicipais donde, a intenção dos três municípios se associarem. ----- Usou da palavra o Sr. Vice-Presidente para responder à questão levantada pelo Sr. deputado Luís Diz relativa aos incentivos dos jovens no sentido de se dedicarem às actividades artesanais. O Sr. Vice-Presidente respondeu que a empresa municipal tudo tem feito para preservar e divulgar o nosso artesanato inclusivamente incentivando jovens a aprender esses ofícios. Informou que a Empresa Municipal está certificada para dar cursos na área de artesanato, existem formadores (artesãos) mas, infelizmente, não existem alunos que queiram aprender. Sublinhou que era difícil atrair os jovens para a aprendizagem do artesanato até porque hoje lhes era dada a oportunidade de frequentarem o ensino superior, bastando ter mais de vinte e três anos. Sublinhou que, apesar de ser tão digno ser-se artesão como possuir um curso superior, a verdade é que a actividade de artesão era preterida a favor de qualquer outra actividade. Recordou o esforço feito pela Câmara Municipal no sentido de continuarem a funcionar cursos promovidos pelo Centro de Formação de Bragança, existindo, no entanto, cada vez mais dificuldades em consegui-lo uma vez que não há alunos que permitam constituir uma simples turma. Exemplificou ainda a dificuldade em atrair jovens para determinados cursos, como o caso do curso de carpintaria do Centro de Formação de Bragança, facto que levou o seu Director a pensar na possibilidade de substituir a designação do curso de carpintaria por operador de madeiras nobres. ----- Dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Víboras, Domingos Pimentel, sugeriu que em vez de se oferecerem terrenos aos jovens para construir casa, dever-se-ia investir na recuperação de casas em ruínas. Dessa forma recuperava-se património e evitava-se a ocupação de mais terrenos com a construção, terrenos que podiam ser utilizados para a agricultura. Sugeriu ainda que àqueles que recuperassem casas dever-se-ia facultar o projecto e o licenciamento enquanto que aos que construíssem (sem recuperar) dever-se-ia exigir taxas mais elevadas. ----- O Sr. Presidente da Junta de Freguesia

de Caçarelhos, Sérgio Pires questionou qual o ponto da situação relativamente aos abrigos de passageiros (paragens de autocarros) uma vez que as Juntas de Freguesia haviam sido contactadas no sentido de indicarem o local para o efeito, sendo que até à data não houve mais desenvolvimentos. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira que informou que existiam terrenos na primeira fase da zona industrial que estavam a ser negociados violando dessa forma o regulamento. Considerou que sempre que existissem vendas de lotes a autarquia deveria ver salvaguardados os seus interesses evitando negócios com os terrenos. -----

----- Foi solicitado ao Sr. Presidente da Câmara que respondesse às anteriores intervenções. No uso da palavra começou por responder ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Víboras dizendo-lhe que estava em total acordo com a posição que apresentara. Mais ainda, referiu que a Câmara Municipal estava a trabalhar no sentido de se poder constituir uma bolsa de casas (em ruínas) disponíveis para venda, obviamente a preços de mercado. Referiu ainda que é propósito da Câmara Municipal, logo que haja disponibilidade financeira, comprar e recuperar casas degradadas, disponibilizando-as em seguida como habitação social evitando dessa forma que quem recorra à habitação social fique concentrada num só local. Exemplificou com a recuperação da casas de produtos regionais em Avelanoso, oferecida pelo Sr. deputado Vítor Paiva. Respondeu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Caçarelhos dizendo que estava em curso uma candidatura à Direcção Geral dos Transportes Terrestres, esperando que a mesma fosse deferida. A ajuda pedida aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia foi justamente no sentido de ter elementos para a formalização da candidatura. -----

----- Na resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Angueira, esclareceu que a Câmara Municipal já notificara os proprietários de terrenos da primeira fase da Zona Industrial que não estavam ocupados, no sentido de investirem ou caso contrário os terrenos regressariam à Câmara Municipal. Disse mesmo que alguns terrenos já haviam sido retirados e disponibilizados a reais investidores. Sublinhou que os terrenos da segunda fase só são escriturados após a aprovação do projecto de construção (investimento) e início da mesma, exactamente para que não aconteça o mesmo que aconteceu na primeira fase. Concluiu dizendo

que só com a autorização da Câmara Municipal é que os lotes poderiam ser vendidos, como já acontecera com alguns proprietários que os venderam a outros, mas com a autorização após deliberação na reunião da Câmara Municipal. -----

Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Matela que se referiu ao relatório de contas da Empresa Municipal. Disse que, de acordo com o relatório, a Empresa Municipal apresenta um saldo negativo donde é uma empresa que dá prejuízo. Sugeriu uma reflexão sobre este assunto até porque o capital social inicial já tinha sido gasto, questionando se esta era a forma mais barata e mais aconselhada de defender e promover o artesanato. -----

O Sr. deputado José Luís, no uso da palavra apresentou os seguintes assuntos: Ecopontos – lembrou que há cerca de um ano reclamava para todas as localidades um ecoponto na medida em que não fazia sentido promover a educação para a separação selectiva dos lixos se, depois, não havia onde os depositar. Disse que a Câmara Municipal deveria solucionar este problema; Serviço de Coveiro nas Freguesias – recordou que já havia feito uma proposta neste sentido e que na última reunião deixava sublinhado o compromisso de alguém apresentar proposta alternativa e não o ter feito. Neste sentido apresentou ele próprio uma nova proposta: “ considerando que aquando da apresentação desta proposta no ano anterior e que infelizmente por erro técnico da mesa não foi aprovada, um deputado afecto ao grupo parlamentar do PSD assumiu o compromisso na sua declaração de voto de, em próxima reunião apresentar uma nova proposta. Como tal não acontecesse apesar de na última reunião eu tivesse lembrado, sou pelo presente a apresentá-la novamente, pelo que com base nos mesmos motivos proponho a esta Assembleia se pronuncie acerca do alargamento do serviço de coveiro a todo o concelho”. Referiu que provavelmente se iria dizer, para justificar a inviabilidade da proposta, que não havia recursos humanos. Adiantou, no entanto, que se poderia abrir concurso para coveiro até porque esse trabalho não deveria ser feito por uma única pessoa mas por duas. -----

----- Pediu e foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente tendo referido que quem gere o pessoal da Câmara é o Sr. Presidente da Câmara não sendo sequer uma competência da Câmara (orgão). Nesse sentido, a proposta apresentada está ferida de ilegalidade e em nada vincula a Câmara Municipal ou o Sr. Presidente da Câmara. -----

Interveio o Sr. deputado José Luís para referir que não estava a exigir que a proposta, sendo aprovada, vinculasse a Câmara Municipal; apenas solicitava que a Assembleia se pronunciasse acerca da sua proposta e depois fizesse chegar esta sua decisão ao Sr. Presidente da Câmara. Mais ainda se não viesse a responder positivamente à vontade da Assembleia poderia utilizar esse facto como arma em próxima campanha eleitoral, até porque o executivo deixava antever essa preocupação. -----

- No uso da palavra o Sr. deputado Vítor Paiva dirigiu-se ao Sr. deputado José Luís dizendo que em matéria de pessoal e noutras a Assembleia podia e devia dar sugestões mas não podia exigir nada de matérias da exclusiva competência do executivo ou do Presidente da Câmara. A propósito dos terrenos da Zona Industrial e dos alegados negócios solicitou que lhe fosse facultado o respectivo regulamento. Recordou que quando esteve na oposição essa questão foi várias vezes debatida, designadamente o objectivo inflacionista, considerando que teria sido positivo que essa inflação se verificasse pois que, era sinónimo de que tinha havido muitos e bons investimentos. Referiu-se ainda à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Matela, César Rodrigues, relativa aos resultados da Empresa Municipal para esclarecer que as sociedades podem na realidade gastar mais do que aquilo que têm e não abrir falência. -----

No uso da palavra o Sr. deputado Aníbal do Rosário dirigiu-se ao Sr. deputado José Luís dizendo que tinha pensado no trabalho de casa. Referiu que só não apresentava proposta porque, sendo da competência do Sr. Presidente da Câmara a gestão do pessoal, ela não fazia qualquer sentido. Além disso, concluiu, após uma análise mais cuidada, que na maior parte das freguesias o trabalho de abertura de covas está organizado e funciona bem. ----- Respondeu o Sr. deputado José Luís dizendo que se na freguesia do Sr. deputado Aníbal do Rosário o problema estava resolvido, deveria deixar resolver o das outras freguesias. Exemplificou com uma situação em que foi necessário recorrer a gente do concelho de Miranda do Douro para serviço de coveiro. Insistiu que se havia um coveiro em Vimioso, igualmente esse serviço deveria ser assegurado nas freguesias. Sublinhou que mantinha a sua proposta solicitando que fosse votada. Reforçou esta sua posição dizendo que a Câmara de Miranda do Douro disponibiliza esse serviço, situação que inviabiliza que pessoas particulares levem quantias

elevadas (ex.: 50 contos, na moeda antiga) pela abertura de uma cova. -----

----- O Sr. Vice-Presidente referiu que a Câmara de Miranda do Douro taxava esse serviço e que para tal era necessário regulamentá-lo. ----- O Sr. deputado José Luís esclareceu que concordava que quem solicitasse o serviço de coveiro deveria pagá-lo, no entanto ficavam com a garantia de que o serviço era efectuado, e sabia-se onde recorrer. ----- Interveio o Sr. Presidente da Câmara que referiu ser necessário reflectir sobre a sugestão apresentada uma vez que se existiam freguesias organizadas e que muitas pessoas tinham no serviço de coveiro uma fonte de receita (posto de trabalho), outras existiam em que era difícil encontrar quem fizesse esse trabalho, disponibilizando-se em situações pontuais, para ajudar a resolver o problema. Disse ainda que não via qualquer problema no facto de vir gente de Miranda a abrir covas, até porque também existiam enfermeiros e funcionários do Tribunal residentes em Miranda, a trabalhar em Vimioso. ----- Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi interrompida a sessão pelo período de dez minutos. Reaberta a sessão o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta apresentada pelo Sr. deputado José Luís à votação tendo a mesma sido rejeitada com doze votos contra dos Srs. deputados: Norberto Francisco Machado da Veiga, Aníbal Alves do Rosário, Paula da Felicidade Ferreira Martins, Faustino dos Santos Tomé Gonçalves Pissarro, Manuel Fernandes Oliveira, Luís Manuel Tomé Fernandes, Domingos David Sardinha Pimentel, Marcolino Rodrigues Fernandes, António Bartolomeu Vaz Carvalho, Emídio Martins Domingues, José António Ramos Fernandes, Isidro Augusto Teixeira Vicente. Cinco abstenções dos Srs. deputados: Dr. José António Cerqueira da Costa Moreira, Dr. Vítor Pereira Paiva Nogueira, Ilda de Fátima Fernandes Martins, Luís Ventura Diz, e Aníbal Augusto João Delgado, e nove votos a favor, estando a faltar neste momento o Sr. deputado José Maria João de Quina. -----

----- Pediu e foi concedida a palavra ao Sr. Vice-Presidente para prestar esclarecimentos relativamente aos resultados financeiros da Empresa Municipal. Referiu que existia na realidade um saldo negativo de quatro mil euros mas, não era verdade que já tivesse sido gasto todo o capital social mas somente cerca de vinte mil euros. Recordou que se era verdade que existia um saldo negativo, também era verdade que a Empresa Municipal

apresentava disponibilidades isto é, existiam peças de artesanato em stock e que naturalmente representam valor financeiro. Sublinhou ainda que não se podia pensar na Empresa numa lógica de prejuízo até porque se assim fosse não fazia sentido investir na cultura porque, salvo raras excepções, financeiramente dava prejuízo. Sublinhou ainda que a cultura onde se insere a preservação do artesanato e de actividades culturais ancestrais não pode nem deve ser entendida em termos económicos. Terminou dizendo que o balanço final da actividade da Empresa Municipal é muito positivo porque os objectivos que presidiram à sua constituição estavam a ser atingidos. -----

----- O Sr. deputado José Carlos Gonçalves no uso da palavra, lamentou os actos de vandalismo que se têm verificado designadamente no que respeita à destruição dos recipientes do lixo colocados nos postes. Questionou ainda qual o ponto da situação relativamente à possibilidade de ser criada uma empresa intermunicipal para comercialização de produtos regionais e que disporia de um espaço em Vila Nova de Gaia ou Porto. Alertou ainda e pediu esclarecimentos acerca do problema da qualidade da água em Vimioso pois que, embora nos últimos tempos não tenha havido grandes problemas, já houve períodos críticos exemplificando com o facto de várias vezes a cantina da Escola ter tido necessidade de recorrer à água de fonfria porque a da rede não reunia condições para a confecção das refeições. Apontou como causa do problema o estado da rede (já antiga) sugerindo que se equacionasse a sua renovação. ----

----- Para responder foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente. Relativamente aos ecopontos informou que quando foi equacionado esse problema, de imediato se oficiou à Resíduos Nordeste tendo esta informado que o plafond de Vimioso estava esgotado. Nesse sentido estão em curso negociações entre todos os municípios que integram aquela empresa por forma a definir novas regras e disponibilidades de colocação de ecopontos. Às questões levantadas pelo Sr. deputado José Carlos Gonçalves, lamentou os actos de vandalismo tendo informado que sempre que eles acontecem é feita, de imediato, a denúncia junto da G.N.R. local. Relativamente à empresa intermunicipal para comercialização dos produtos regionais informou que continuavam as conversações com Miranda do Douro, Mogadouro e Freixo, e que foram disponibilizados espaços no Porto e em Vila Nova de Gaia mas que, até ao momento, ainda não tinha tomado qualquer decisão. Quanto ao problema da água informou que

a Câmara Municipal tem conhecimento da situação. Referiu que o problema ocorre logo no início do processo (captação) estando a Câmara Municipal à espera dos pareceres para reforço das ETAS do Angueira e Maçãs. Esclareceu que a qualidade da água no Angueira apresenta alguns problemas e no verão devido à escassez, por vezes, surgem alguns obstáculos os quais se têm procurado ultrapassar. ----- A propósito da protecção do ambiente o Sr. deputado Vítor Paiva, informou que o Ministério do Ambiente estava a propor às Câmaras Municipais o estabelecimento de taxas aos habitantes dos concelhos relacionadas com a preservação do ambiente. Não se registaram mais intervenções. ----- **Ponto Quatro)**

PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA. -----

----- Não se registaram intervenções neste período. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião pelas treze horas, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

O 1º Secretário da Assembleia Municipal

O 2º Secretário da Assembleia Municipal
